

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



Ola' Raia de Loundes,

Aqui vai o texto para fazer o
favor de ler e alterar o futuro,
o que quiser.

Até breve, esse abraço,

Isabel

Reflexão sobre algumas ideias e noções políticas fulcrais¹

MARIA DE LOURDES PINTASSILGO

LEONOR BELEZA: Não tenho maneira de exprimir a honra e o prazer que esta comissão tem em receber a Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, uma personalidade riquíssima em pensamento, em reflexão sobre as coisas, em prestígio nacional e internacional, a nossa ex-Primeira-Ministra. Conhecida em muitos lugares do mundo pela sua personalidade rica, original, pelo seu pensamento sobre coisas que, para nós, são importantes. Coisas de que vamos ter, seguramente oportunidade de beneficiar, durante esta sessão.

Sra. Engenheira, como tivemos ocasião de combinar na nossa conversa, vou-lhe pedir que faça a sua comunicação nos termos em que entender, à volta dos temas atribuídos a esta comissão e depois, se der licença, cada um dos meus colegas que o desejar, pôr-lhe-á as questões, fará os comentários e a Sra. Eng^a, se nos der essa honra, fará o favor de depois responder como entender. Tem a palavra a Eng^a. Maria de Lourdes Pintasilgo.

MARIA DE LOURDES PINTASSILGO: Senhora Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados e Outros Assistentes: Tenho o maior gosto em poder estar aqui na Assembleia e numa comissão com a responsabilidade que esta tem. ~~Porque,~~ ^{9 N 416} ~~realmente,~~ ¹⁶ nunca fui deputada à Assembleia da República e a recordação que tenho é de ~~umas~~ ^{1.} sessões muito divertidas, em 1979, quando o acaso das circunstâncias políticas me conduziu à presidência do V Governo Constitucional. Foi ~~muito~~ interessante e o antigo Presidente, já infelizmente falecido, o Dr. Teófilo dos Santos, ⁶⁶ cada vez que me via, costumava dizer-me: eu não posso esquecer aquela sessão, foi das coisas mais interessantes da minha vida. Entretanto, havia os que foram para outros partidos, mas foi muito divertido. Até a disciplina de voto contou, para as pessoas. Por exemplo, num determinado grupo político, as pessoas não podiam bater palmas – tinha havido indicação do secretário-geral – e uma das deputadas, lá atrás, chama-me a atenção, mostrando-me que está a bater palmas debaixo do banco, justamente porque não concordava com a ideia de não bater palmas. Houve assim fenómenos curiosos que me deixam, devo dizer, uma excelente recordação. Sem nenhum problema, acho que a vida é mesmo assim e que essa diversidade de opiniões é rica.

Tenho muito gosto em participar nesta sessão. A Sra. Presidente é uma amiga de longa data, cujo trabalho tenho seguido com muito interesse. Penso que é uma das mulheres da vida política do nosso país que, necessariamente, pelo trabalho realizado e pela sua própria personalidade e por uma certa atitude subtil, talvez se possa classificar, às vezes como eu, de incómoda. Só gostava que continuasse assim incómoda, acho que isso é uma grande riqueza e, se as mulheres estão na política é para fazer uma coisa diferente. Não é para fazer o que já está. Os senhores tiveram vários séculos para o realizar.

Feita esta minha introdução, não me vou situar, evidentemente, no plano jurídico, não é da minha competência. Mas devo dizer que, no contexto mundial em que vivemos, com tantas interrogações, de facto, para além de não ter, no aspecto jurídico, nenhuma competência, acho necessário colocar questões prévias que dizem respeito à

¹ Audição de Maria de Lourdes Pintasilgo na *Comissão para a Reforma do Sistema Político*, da Assembleia da República, no dia xxx, de 2002?. Mantém-se aqui o registo oral da sua intervenção bem como das dos deputados intervenientes no debate de Leonor Belez, moderadora da sessão. Dada a excessiva extensão das intervenções, algumas delas não estão transcritas na sua totalidade.

própria governabilidade. Tenho vindo a discuti-la com alguns politólogos e alguns amigos que são simplesmente activistas e outros que são membros do governo.

Gostava de referir três casos, em três continentes, onde conheço bem os protagonistas. O que é governável e como, por que é que não é governável, de modo a que a política contribua para a felicidade e o bem-estar das populações.

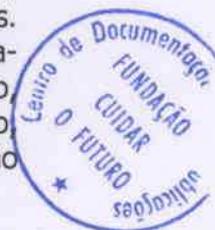
O primeiro exemplo é o do Brasil onde temos a terminar o segundo mandato o maior sociólogo da América Latina: uma notável experiência de vida política, tendo introduzido, no plano financeiro, a primeira tentativa (que teve um certo êxito) de conter a inflação que diariamente variava; no plano das relações internacionais foi um excelente ministro dos negócios estrangeiros. Ao fim de dois mandatos, os brasileiros interrogam-se (e também os amigos dele, como é o meu caso): mas o que é que não funcionou? Há sempre a tentação de dizer que o presidente cedeu a isto e àquilo. Razões que é costume indicar quando as coisas não correm bem. Mas o diálogo que estou a ter, justamente com gente do foro intelectual e político, leva-nos a dizer que o Brasil é um mundo em ponto pequeno, é um continente maior do que a Europa. Há ali questões que não podem ser apenas questões para um só homem.

O outro exemplo – e não quero falar muito mais de lá de fora, é uma maneira de esvaziar o de cá de dentro e não quero de modo nenhum cair nesse erro – é a Nigéria. Sou velha amiga do presidente da Nigéria. Foi o único presidente africano que resolveu fazer uma presidência aberta, no sentido próprio do termo, isto é, transparente a todos os outros Estados. É um Estado federal, com todos os problemas que se conhecem num Estado federal: o presidente não tem interferência directa naquilo que cada Estado está a realizar. Tem havido campanhas, neste momento está a decorrer uma contra a lapidação das mulheres, segundo a lei muçulmana. E, porque ele abriu o país – isto é que é curioso – e considera que é assim, e assim vai continuar, toda a gente falou das duas mulheres da Nigéria, lapidadas. Mas ninguém falou das setenta e nove mulheres que, nos últimos dez meses, foram lapidadas na Arábia Saudita, vinte e nove das quais eram estrangeiras. O elemento de transparência de uns em relação aos outros é muito variável. Na sua complexidade, levanta problemas muito grandes.

Outro país da Europa que conheço bastante bem e que é a Holanda, é um país, por excelência, de tolerância – nem têm outro remédio, pois se existem é porque o mar existe e foram captando o mar, e por isso são muito organizados e respeitam-se. É o país com mais coligações. Algumas teriam sido consideradas no nosso xadrez político completamente aberrantes. No entanto, tem sido possível governar aquele país, encontrar soluções, muito originais, algumas, outras, em vias de serem estudadas. Mas, nesse país, de repente, a notícia do assassinio de um dirigente da extrema-direita deixou-me a pensar: se mesmo na Holanda se assassina um dirigente político, um candidato, então o mundo está mesmo a dar uma grande volta. (Isto, claro, independentemente da minha apreciação sobre a pessoa em questão, que não conheço de sítio nenhum.)

O que é que quero dizer com estes três exemplos de três continentes? Quero dizer que este contexto mundial nos põe perante o que, ingenuamente chamávamos, no princípio dos anos 80, o aprofundamento da democracia. Agora temos que ir para além da democracia, não podemos estar a usar a velha frase de Churchill, de há sessenta anos. Porque nestes sessenta anos, muita coisa aconteceu, o panorama mundial é completamente diferente.

Isto são pensamentos descosidos, que vos vão deixar certamente desapontados, por eu não tocar em mais coisas concretas.



Àquilo que o Prof. Adriano Moreira chama governança, chamo eu governância. Passo a usar governabilidade, porque é mais neutro. A governabilidade exige hoje que a ciência e a tecnologia sejam tidas em conta como elementos decisivos para o sistema político. Muita literatura existe sobre esta matéria.

Em relação à ciência, isto pressupõe uma actualidade dos problemas humanos e sociais e da sua evolução, sem a qual a política se queda na mera gestão financeira e organizativa, etc.

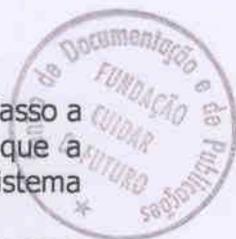
Lembrando os acontecimentos recentes, o 11 de Setembro, penso que nos Estados Unidos haveria uma profunda catarse a ser feita. Noutros países, havendo coisas destas repetidamente, não sei se a mobilização que vemos é significativa para a acção (mas isso é uma outra coisa). Esses acontecimentos mostram, pelo absurdo, que o poder das novas tecnologias só pode ser combatido no seu próprio terreno. Daí o vazio da expressão: guerra contra o terrorismo. Neste momento uma das grandes bases americanas na Flórida foi deslocada para o Qatar, onde estão 260 mil homens já disponíveis. Como mais uma vez se mostrou, pondo como objectivo primeiro da entrada no Afeganistão encontrar Bin Laden, não é esse o objectivo. As novas tecnologias podem ajudar o sistema político —é um lado positivo— a tornar-se mais adequado ao nosso tempo, a ter maior eficácia e transparência de processos e permitir que se desenhem mecanismos caracterizados por uma muito mais larga faixa de participação dos cidadãos. Não podemos permitir-nos continuar a “tocar o fado” da pouca participação nas eleições, porque esse fado significa que a letra está mal feita, ou que a guitarra não está funcionando bem. É preciso equacionar as coisas de outra forma. Ao referir a importância do conhecimento da ciência, queria referir algumas questões da actualidade.

Há uma proposta ou uma decisão para a invasão do Iraque por causa das armas nucleares. Ora, no relatório normal que é publicado desde os anos 60 pelos próprios Estados Unidos, sobre os novos países com armas nucleares, consta que, em 1970 o Iraque se dotou de armas nucleares, tendo comprado urânio 235 à França, à União Soviética e aos Estados Unidos. E além do Iraque, temos o Irão, a Argentina, o Brasil. Temos Israel, a África do Sul, a Índia, o Paquistão, para não falar dos cinco membros do Conselho de Segurança e de todos os países que nasceram do desmembramento da União Soviética.

Então qual é a intenção? Será ir, país por país, até se ter a certeza de que já não há armas nucleares? A interrogação permanece, porque a maior parte das pessoas pensa que armas nucleares são uma coisa hiper-transcendente. Não. Basta ter uma central nuclear e é um passo para poder construir a bomba nuclear.

Ao ouvir alguns dirigentes políticos de vários países falando com calma, e ao ouvir a razão dessa ida para o Iraque, penso que precisavam saber um pouco destas coisas. Sabem que existem mais de duzentas fábricas de armamento biológico nos Estados Unidos? A caridade bem entendida começa em nossa casa, mas neste caso, parece que não. Para o dirigente americano, o Cristianismo só funciona para algumas coisas,

Outra questão ainda, espantosa e extremamente recente, diz respeito também aos Estados Unidos: a atitude que tiveram perante o protocolo de Quioto e, nomeadamente, para singularizar esse problema, ao efeito de estufa e dos gases produzidos pela actividade humana. Foi preciso chegar o presidente Bush para dizer que não tinha a certeza, que era preciso ser estudado, que era precisa uma comissão científica para isso. Ora, há um painel internacional sobre as questões do clima e não há dúvida possível, hoje, sobre aquilo que está a acontecer e sobre o que vai ser no futuro das próximas gerações, se continuarmos nesta espiral.



Isto para dizer que a acção política não é só essa vibração verbal, mas que é preciso ter conhecimento. Para dar um exemplo interno, tive a honra de ser membro, nos últimos dez anos, do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Terminados estes dois mandatos, decidimos a certa altura que seria muito importante aconselhar a Assembleia da República para que se pudesse rever a lei feita em 1990, sobre a questão das ciências da vida e o mandato desse conselho. Justamente porque, se há área em que houve evolução espectacular, foi exactamente essa. E ninguém nos respondeu.

No meio dessa visão que elaborámos para o futuro – e que não era uma lei, era uma visão sobre as questões – tocávamos alguns problemas do foro interno, da organização quase administrativa dos trabalhos e da pertença a essa comissão. Indicávamos, porque isso tinha acontecido em várias circunstâncias, que era preciso rever o problema da designação dos membros, porque de cada vez que o Ministério da Juventude tinha um representante no conselho, desaparecia o Ministério da Juventude. Defendi sempre que uma pessoa que tem um mandato tem que o executar até ao fim, não fica com um cordão umbilical relativamente à família, porque esse é um dos elementos graves do nosso sistema político – como, aliás, os jornalistas escrevem sempre, referindo-se às famílias políticas. O modelo da família como modelo para a estrutura política faz mal à família e faz mal à política, a meu ver.

Relativamente a essa nossa proposta, feita à Assembleia da República, recebemos a certa altura no Conselho (já tínhamos arrumado a casa, praticamente) uma proposta (ainda da Assembleia anterior a esta) de um grupo de deputados. A única coisa que propunham, relativamente àquilo que tínhamos sugerido, no Conselho de Bio-Ética, era a lista dos ministérios que deveriam indicar pessoas. É evidente que era a mercearia (desculpem a expressão) a coisa mais importante. As questões de fundo, importantíssimas, não foram sequer tocadas. Com estes exemplos pretendo dizer que, hoje, a ciência não é, não pode ser, alheia à governabilidade.

Mas não é só a ciência que é fundamental para a governabilidade. Isso tem sido amplamente dito, neste momento, por vários pensadores na Europa, nos Estados Unidos e na Índia. É fundamental para a governabilidade uma relação com a filosofia. A filosofia é estruturante da acção política. Não é qualquer coisa extra. Só a filosofia confere às questões com que a política se confronta critérios de pensamento capazes de fundamentar prioridades e de aferir da bondade dos métodos.

No entanto, nos tempos que atravessamos, reina um perigoso silêncio sobre essas questões que chamo proto-históricas, proto-políticas – no sentido de que princípios e valores e as estratégias que deles decorrem precisam ser clarificados numa nova perspectiva.

Há uma abundância enorme de literatura sobre isso. Um exemplo, que vou buscar à grande filósofa de acção política: Hannah Arendt:

A política repousa sobre um facto, a pluralidade humana. E daí decorre o seu conceito na verdade. Como um espaço deve ser construído sobre a pluralidade e no qual cada um se move entre os seus pares.

Mais coisas haveria a dizer, num momento em que há, dos dois lados do Atlântico, um grande interesse pelo pensamento de Hannah Arendt – só nos últimos dois anos foram publicados trinta livros sobre ela. Vale a pena sabermos o que a filosofia tem a dizer à governabilidade, e que é indispensável para dar conteúdo à própria cidadania como esteio do sistema político.



Tiro daqui duas exigências:

- a necessidade de uma literacia política de todas as camadas sociais, como condição de qualquer reforma do estado e
 - a urgência de um trabalho de pensamento anterior a qualquer revisão constitucional.
- Para ser franca, desde 1985 que não mexia muito na *Constituição*. Ao retomá-la agora, achei-a tão palavrosa e, ao mesmo tempo, com alguns conceitos tão pouco trabalhados. Toda a gente fala em cidadania, mas vamos à secção sobre cidadania, e não se encontra lá quase nada.

Vou justamente referir algumas contradições que julgo encontrar.

Não estamos, como ninguém no mundo está, preparados para fazer a revisão da Constituição do respectivo país. Aliás, as dificuldades com que estamos a deparar, na Convenção da União Europeia para a elaboração da Constituição da União Europeia (não é exactamente uma Constituição, é uma Carta de Direitos Fundamentais) decorrem, em grande parte, da ausência de uma visão mais alargada, o que tem desanimado o presidente Giscard. Mas é esta a situação em que estamos e contra ela é preciso lutar.

Para as condições prévias da governabilidade há algumas notas que quero deixar. Uma, é relativa aos direitos e deveres fundamentais.

Tenho bem consciência da originalidade da nossa Constituição que refere não só direitos mas também deveres. Tornou-se muito claro, quando presidi ao chamado "Comité des Sages", sobre os direitos sociais e cívicos dos europeus, que havia uma ignorância muito grande (notámos nós, nesse pequeno grupo que constituía o comité, relativamente aos órgãos da comissão. Uma ignorância relativa à necessidade e ao porquê de não existirem, neste momento, formulações adequadas sobre os deveres, no plano internacional. Era uma ideia da carta dos direitos humanos ser um desdobramento em direitos e deveres mas, justamente como as constituições dos países comunistas continuam a deveres, o mundo ocidental quis ficar só pelos direitos, alguns deles ainda não reconhecidos em alguns países. Acho isto extremamente importante mas sinto que precisa ser mais elaborado. É um tipo de trabalho que, pressinto, estejam a fazer nesta comissão, relativamente ao que quer que constitua o conteúdo desses deveres.

Evidentemente que há aqui, tive a noção disso há pouco tempo, uma dificuldade. É a de algumas pessoas e instituições pensarem que os deveres vão esvaziar os direitos. Pertencço a um pequeno grupo de ex-chefes de governo e chefes de estado. Desde 1987 que fazemos um trabalho em que ouvimos várias escolas filosóficas, vários dirigentes das grandes religiões mundiais. Justamente, pensávamos que, no ano em que se iam celebrar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, era importante que se fizesse uma declaração universal das responsabilidades humanas. Esse trabalho foi feito, enviado a todos os países, e tínhamos quase garantido – pensávamos nós – que seria um trabalho que poderia ter o seu lugar na Assembleia-Geral das Nações Unidas. Pois bem, na resposta dada, muitos juristas aconselhavam assim os governos, o que é grave: os deveres vinham esvaziar os direitos do seu conteúdo. Até as organizações de defesa dos Direitos Humanos tiveram muito medo de que a sua quinta ficasse invadida. Foi o caso da Amnistia Internacional e do Human Rights Watch. Para não falar de uma reunião que teve lugar em Hamburgo, presidida pelo ex-chanceler Schmidt, com a Associação da Imprensa Internacional Livre, em que esteve presente o meu colega Francisco Balsemão. Isto porque se dizia, nessa proposta o seguinte: há uma responsabilidade dos *media* em transmitir a verdade dos



factos e em não levantar suspeitas antes de terem verificado a sua razoabilidade. Pois mesmo isto é considerado, a esse nível, como ferindo a liberdade de expressão.

Tudo isto são aspectos que nós, tendo uma Constituição que já tem o conceito de direitos e deveres, podíamos elaborar mais os deveres. Vou dizer talvez um disparate: há uma certa incongruência, a meus olhos, na primeira parte da Constituição. Os direitos referem-se sempre às pessoas e os deveres referem-se sempre ao Estado. É claro que o Estado tem o dever de defender, promover e proteger os direitos humanos, na sociedade de hoje. E é aí que volta esse conceito mais amplo, mais científico, na sociedade de hoje, em que há outros actores no sistema político. E esses actores têm também deveres. Há o Estado, há o mercado, há a sociedade civil, há os *media*. E esses actores têm também deveres. Os deveres desses actores sociais fazem parte da nossa vida política. Porque não temos hoje a inocência, sobretudo de pessoas fora do campo político, de que haja zonas neutras de actividade humana. Todas as zonas de actividade são altamente políticas. Até, muitas vezes, por omissão, porque desconhecemos que são políticas e porque não têm nada directamente a ver com a política.

Neste contexto, há alguns princípios e valores que gostava de referir, sob forma de díadas. São questões que estão na Constituição (algumas, outras não).

Vemos a enorme preocupação da segurança.

Penso que era muito importante, em termos de princípios e valores, uma díada (chamemos-lhe assim): segurança e qualidade de vida.

A qualidade de vida está baseada, não só na Declaração Universal dos Direitos mas também nas grandes convenções, tratados e protocolos que foram rectificadas pelo número necessário de Estados membros. E essa qualidade de vida permitiria uma maior transparência do sistema político e da acção, para os eleitores. E até se poderia constituir – a autoria disto não é minha, é de uma comissão internacional – um órgão independente a funcionar, como uma auditoria da qualidade de vida. Em vez de termos pessoas a exprimirem-se, cortando a estrada, teremos as pessoas a exprimirem-se com a carga subjectiva ou local da sua opinião e uma possibilidade de auditoria que, de alguma maneira, canalizasse essas aspirações.

Uma segunda via decorre do pensamento de Hannah Arendt, que referi há pouco, e que seria esta: verdade e pluralidade.

Realmente só a diversidade constitui os seres humanos enquanto sujeitos da acção política. Só a sua diversidade. Como diz H. Arendt com muita graça: os leões quando falam em um leão deixam de ter existência. Porque um leão é uma coisa abstracta, vaga – um leão. Nós também somos leõezinhos bem concretos.

A pluralidade deixa de ser uma ameaça àquilo que na sociedade alimenta a clonagem política e que é uma tendência muito frequente, neste momento, praticamente em todos os países.

Nesta perspectiva a governabilidade torna-se a capacidade de organizar a pluralidade e dela obter um máximo de sinergias para o pleno exercício da liberdade de cada um.

Neste contexto há uma outra ideia que defendo há muito tempo (e sei que não vai ter o apoio dos senhores e das senhoras deputadas!). Defendo-a com Raymond Barre, um homem que considero. (Não terá sido por acaso que os dois perdemos eleições presidenciais!!)

A ideia é esta: o que é importante não são as maiorias automáticas, ditadas por estados maiores partidários, com excepção, obviamente, da moção de confiança ao governo, da moção de censura ao governo e da votação de prioridades que



fundamentem o orçamento geral do estado e o próprio orçamento. Com excepção destes quatro aspectos, todas as outras matérias deviam ser discutidas e votadas, em meu entender, na Assembleia da República, em termos de maiorias de ideias – isso permitiria uma fecundidade espantosa. Permitiria que se soubesse, no fim de cada legislatura, quem falou, quem disse o quê. Permitiria que pudéssemos exprimir, de forma mais livre, aquilo que existe a dizer. Foi o que De Gaulle quis evitar e foi o mal da IV República. Não há dúvida de que é bastante turbulento, turbulência constante. Também sabemos que nos aviões, quando não há turbulência numa viagem intercontinental ficamos quase a dormir. Portanto a turbulência (falo eu que tenho um medo desmedido das turbulências em voo) tem alguma coisa para nos manter atentos e vivos.

Uma outra díada que acentuo: igualdade e equidade.

Na igualdade tem-se falado muito e têm sido dados passos importantes. Em países com desequilíbrios ao nível das etnias, do sexo, de outros elementos. Na própria Constituição, quando se fala de não-discriminação, há que formular os conteúdos de modo positivo. Isto é, há que assentar o que é formulado em acções positivas, indispensáveis para que essas discriminações diminuam. Daí a necessidade de uma institucionalização de órgãos e de medidas que permitam uma acção positiva.

Neste aspecto, quero sublinhar a importância de tudo o que diz respeito às mulheres. Por um lado, pela preocupação que resulta da forma como a Assembleia decidiu, soberanamente, não ter uma comissão específica para o que diz respeito às mulheres. Por outro lado, sinto que há ainda um mal-estar, uma apreensão, na própria Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e seu Conselho Consultivo (do que, naturalmente, tenho ecos, por fazer parte de movimentos de mulheres).

É que é muito importante vencer todos os tipos de machismo. Como sabemos, a nossa sociedade tem o machismo "à flor da pele", que se apresenta de muitas maneiras. Foi outro dia à televisão e achei graça, que o rapaz – um rapaz novo – dirigia-se-me assim: "A Maria de Lourdes Pintassilgo, isto, a Maria de Lourdes Pintassilgo, aquilo". E pensei: se estivesse ali o Prof. Diogo Freitas do Amaral, será que ele diria: "O Diogo Freitas do Amaral assim, o Diogo Freitas do Amaral, assado"? Há de facto um machismo, um patriarcado, instalado. No fundo, a atitude deste jovem era uma atitude patriarcal, relativamente a uma mulher. Podia ser avó dele, até, mas isso não importa.

Neste momento, isto é um problema chave, internacionalmente. Uma grande escritora e activista relativamente aos movimentos de mulheres dos anos 70 – Germaine – que, em trinta anos nunca tinha escrito nada sobre as mulheres e escreveu agora um livro onde diz que a situação é de tal regressão quanto à posição das mulheres, relativamente aos anos 70, que me vejo obrigada, de novo, a vir denunciar e chamar a atenção para alguns dos aspectos da questão.

Ainda dentro destas díadas, queria referir a importância de: solidariedade e responsabilidade.

Tenho receio de que se torne palavra vazia, de tanto que é usada. Sobretudo no princípio do século XX permitiu que as políticas sociais fossem entendidas como políticas legítimas e públicas. Penso que tem que ser entendida também no contexto das responsabilidades. A responsabilidade como um pilar indispensável para um Estado forte nas próximas décadas. Um Estado forte é necessário também ao nível da sua responsabilidade, entendendo aqui as linhas da ética contemporânea que são, por assim dizer, transversais a todos os campos da actividade humana e do pensamento. E, nesta atribuição de direitos e responsabilidades aos diferentes actores do sistema, pergunto:



Por que é que ainda não se aceita a noção de parceiros sociais em todas as áreas de actividade?

Por que é que estamos à espera do folclore das manifestações? Com o devido respeito por elas. Mas, na realidade, elas são uma forma medieval. Em França, a vida diária é pontuada por manifestações. Se não é possível fazer isso – vou a esse ponto – acho que era indispensável institucionalizar os *lobbies* existentes na sociedade, para os tornar visíveis e transparentes. Não me repugna. Prefiro isso a, de repente, vir-se dizer que A, B ou C actuou de uma ou outra maneira. Acho que a vida política, a vida da *polis*, envolve toda a gente.

Pois bem, se há trocas a que estamos a assistir, tirando delas algumas conclusões, é necessário que decorram de elementos que sejam parte aceite da vida política. É claro que tenho uma enorme repugnância, pessoalmente, em fazer parte de *lobbies*. Mas, se há gente que funciona com o seu telefone vermelho constantemente, em relação aos poderes constituídos, pois então que venham a terreiro e que a gente saiba onde esses *lobbies* estão. Isto é muito curioso porque atravessa todo o Estado.

Atingi a idade da reforma há uns anos. Como estive dez anos na actividade privada e trinta anos em entidades públicas tenho, evidentemente, uma pensão de reforma que é compósita, mas que é facilíma de calcular (eu própria já a tinha calculado). Pois demorou dezoito meses até vir a saber o quantitativo da minha reforma. A certa altura contei isto ao Presidente da República que me disse: "Não pode ser, eu conheço ...". Não, não conhece ninguém. E eu sou o Sr. José Francisco, da esquina. Deixe-me seguir, para ver até onde isto vai. Até onde foi? Dezoito meses de espera e acho que a conta está errada! Enfim, isso já é uma coisa secundária.

Dentro ainda da responsabilidade, um último aspecto, quanto à a regulamentação das leis.

Um dos elementos com que deparei em 1979 - e é natural que as coisas tenham melhorado imenso - e que foi, depois, objecto de muita crítica como dizia o ex-arcebispo de Braga, D. Nogueira: "Ó Maria de Lourdes, as pessoas queixam-se porque faz muita coisa". A gente vai ver, e o que é que eu fiz? Foi regulamentar as leis que têm um prazo máximo de seis meses para serem regulamentadas e que, de facto, dormiam. Como dormiam várias coisas: barcos de investigação que nos tinha dado a Noruega, equipamento médico ainda empacotado. Mas o mais importante foi este aspecto que me leva a perguntar se dentro da Assembleia da República existe alguma estrutura ou alguém encarregado de verificar se as leis estão a ser regulamentadas ou não. É uma coisa tão simples quanto esta. Porque, se não estão, a Assembleia da República não está a cumprir o seu dever, e é o seu primeiro dever. Por vezes há leis muito interessantes e que não podem ser postas em execução sem esse trabalho prévio.

Volto-me agora para a soberania da nação.

Digo algo que corresponde à minha sensibilidade neste momento, face à imprevisibilidade do futuro.

A questão da soberania nacional parece-me um conceito político que precisa absolutamente de ser revisitado. Praticamente, o seu entendimento repercute-se em todo o edifício constitucional, acabando até por esvaziar competências atribuídas ao Presidente da República. No nosso país, dizia um velho amigo meu, tudo o que se faz é traduzido e sempre mal traduzido. E é verdade. Basta ler os livros da colecção Piaget, em que as traduções não têm nada a ver com o original.

Fundação Cuidar o Futuro



Temos, ao fim e ao cabo, uma situação em que acabamos por esvaziar não só as competências, mas o próprio respeito. Ontem aconteceu uma coisa episódica. Só ao fim do dia é que dei por isso, porque os jornais vinham cheios do 11 de Setembro, o que é natural. Mas o Sr. Presidente da República mandou para um jornal diário uma reflexão sobre a sua posição relativamente à posição dos Estados Unidos, neste contexto actual, nomeadamente sobre a invasão unilateral do Iraque. Pois esse artigo vinha no jornal em 'política nacional', na página 37. Antes disso, nas páginas anteriores, tivemos que "aturar" as redacções feitas por senhores jovens jornalistas, que não se contiveram, devendo é estar a fazer outras coisas que não tirassem o direito a quem, de direito, se deve manifestar. Acima de tudo há o respeito, não é? Quando esse respeito não existe, é impossível pensarmos em qualquer reforma do Estado.

Tem havido inúmeras discussões sobre a perda da soberania que a nossa identidade e pertença europeia traria consigo, passando-se ao lado dos novos critérios de soberania.

A nova soberania é, a meu ver (e não só a meu ver, mas no de muita gente), uma soberania alargada que olha como um todo e trabalha sobre a Europa em processo de unificação. Essa é que é a nossa soberania neste momento.

Nesse contexto – lamento dizer aos senhores deputados – não vejo as questões europeias como questões de política externa. Foram durante anos, até 1986, questões de política externa, e justamente. Mas agora fazem parte da agenda da governabilidade deste país, devendo ser incluídas na nossa lei fundamental.

Se em 1976 era legítimo dizer: a Europa conosco. Hoje, a Europa somos nós. E é na sua quotidiana construção que a nossa soberania se deve concentrar. Ao fazê-lo, estamos a melhorar também, e sobretudo, a vida dos portugueses.

A convicção generalizada de que a nossa pertença à União Europeia consiste apenas na defesa dos fundos arrépiam-me. Parece-me uma coisa extremamente lamentável, sem visão, caduca e sem rasgo, sem entusiasmo. Por isso, poucas são as pessoas que, no contexto europeu, são ouvidas e procuradas para dar um contributo, de Portugal, sobre a construção da Europa.

Na fase actual da nossa pertença europeia penso que a agenda da Assembleia da República devia continuamente ocupar-se daquilo que se está gizando na comissão europeia e nas resoluções do Parlamento Europeu. Não sei se já progrediram ou não na ideia de relação entre os euro-deputados e a Assembleia da República, que me parece ser indispensável.

Tenho-me confrontado com muita frequência com pessoas que conheço bem, funcionários públicos, sobretudo funcionárias públicas que representam o nosso país nas negociações para as directivas da Comissão, em Bruxelas, e que vão sem nenhuma orientação governamental do país. Isto não é de agora, é um problema já de décadas e é lamentável. Há pessoas que têm de dar conselhos pela porta de trás, o que não está certo.

Dizia na semana passada uma pessoa que foi para uma reunião europeia: não posso continuar a dizer o que tens de ler ou de fazer de modo a que essa questão seja debatida, de modo a que possas levar uma posição melhor. Isto quer dizer que considero necessário ter uma outra maneira de olhar e de trabalhar relativamente à nossa pertença europeia.

Ainda sobre a soberania queria só afirmar a necessidade da continuidade governativa. Foi um elemento fundamental no governo que chefiar em 1979, em que um grande amigo meu, e depois rival, me dizia, frequentemente: mas faça, tem que fazer! O estado em que estão as coisas, tem que analisar, etc.

Ora eu acho que a continuidade governativa é um elemento constitutivo de uma soberania moderna. Não podemos ver aqueles que nos sucedem como inimigos, como rivais potenciais.

Dou-vos apenas dois exemplos que me dizem respeito. No governo que chefiar criámos um esquema mínimo de segurança social que cobria várias áreas, nomeadamente aquela que depois veio a ser chamada, no governo precedente, o 'rendimento mínimo', mas não era exactamente com essa configuração. Equivalia a isso, já que a ideia era esta: é a vida, não o trabalho, o que é a base da protecção e do cuidado por todas as pessoas que existem numa sociedade.

E, como possivelmente talvez os mais novos não saibam, mas sabem os mais velhos, toda a legislação feita pelo V Governo Constitucional – aquela legislação que devia passar pela Assembleia, incluindo até despachos do ministério – foi no dia seguinte chamada à assembleia. E, em cada ministério, o primeiro despacho de cada ministro foi anular os despachos do ministro que o tinha precedido. Já tive a minha fase de amargura, face a isto. Neste momento passou: tanta água já passou por debaixo das pontes, mesmo daquelas que caíram.

De qualquer modo, esta tendência - Nietzsche diz isto claramente - é o problema do ressentimento. Temos de provar que o outro é mau para se saber que somos bons e portanto há aqui esse constante elemento de auto-satisfação e de propagação da nossa imagem ideal. O outro é mau, logo eu sou bom. Eu sou bom, logo o outro é mau. Esse raciocínio parece-me estar ainda muito presente.

Outra coisa, ainda, relativa a esse tempo. Não sei como há hoje ainda árvores para arderem, neste país. Houve um enorme incêndio perto de Proença, Sertã, Oleiros. E eu, que inaugurei as chamadas presidências abertas – que o não eram: eram sessões de trabalho directas nos vários locais do país, e em cinco meses foram realizadas oito – , fui com os respectivos ministros a essa região ver com os presidentes das câmaras, com os das juntas de freguesia, ver como é que aquilo se poderia evitar. Ficou o esquema perfeitamente delineado. Era tudo propriedade privada, evidentemente. Diziam-nos alguns presidentes de Junta: "Ali na minha zona, um pinheiro é do Zé Francisco e logo o outro é do António". Pois, muito bem, fazem uma cooperativa entre vós e ficam as fronteiras bem delineadas.

Entretanto foi também acordado com o Estado-Maior das Forças Armadas da Região Centro que as Forças Armadas teriam como trabalho civil, durante o ano, a abertura de estradões e de limpeza sistemática que, evidentemente, as pessoas locais não podiam realizar. Só quero dizer que, entretanto o país continua a arder e as ideias perdem-se. Justamente, talvez por causa dessa questão de uns serem bons e outros serem maus.

Queria ainda dizer várias coisas sobre os órgãos de soberania, mas é melhor passar adiante.

Estive no Parlamento Europeu dois anos e há no Parlamento Europeu um sistema que acho excelente. Regularmente, a prestação de todos os euro-deputados é tornada pública. E é curioso: nem os nossos jornalistas vêm isso. Por exemplo, um jornalista dizia a meu respeito, quando eu estava lá: "Teve uma participação apagada no Parlamento Europeu". Nem tive paciência para mostrar o que se passava. Antes da entrada do meu colega Medeiros Ferreira, com os portugueses, havia três pessoas que estavam em todas as sessões: Carlos Pimenta, Coimbra Martins e eu. E, com muita frequência, Barros Moura também. Não há dúvida de que é muito importante sabermos o que fazem de facto aqueles que elegemos. Há o trabalho das Comissões,



que é invisível mas existe. Nas sessões plenárias, há um trabalho que evitaria, entre outras coisas, um protagonismo só de alguns, em cada bancada.

Não tenho nenhuma opinião sobre a lei eleitoral. E não tenho porque tenho ido muitas vezes, a convite de deputados ingleses, a várias circunscrições de Inglaterra e lá, o desejo é terem parte do sistema populacional. Não do meu domínio entrar nisto e não sei qual é a solução. Por um lado, é indispensável que as pessoas saibam em quem votam. E, se há uma pessoa que não deve absolutamente ser votada, as pessoas deviam ter obrigação de riscar esse nome. Mas, ao mesmo tempo, não sei qual é a forma. Por isso só posso deixar aqui a minha total incapacidade imaginativa.

Relativamente ao funcionamento dos governos: cada governo pode organizar-se, diz a Constituição. É certo, mas não devemos continuar a usar estruturas de governo idênticas às do fim do século XIX e princípio de República! Qualquer dia temos Ministro da Instrução e Ministro da Fazenda, com toda a vénia que se deve a algumas das personagens que ocuparam esses cargos.

Parece-me indispensável distinguir o curto e o longo prazo. A continuidade governativa de que falei há pouco tem, sem dúvida, um aspecto que é o longo prazo. Temos de saber o que fica em causa quando são tomadas determinadas decisões e quando é que podem ser tomadas. Qual é a legitimidade de decisões que empenham o futuro dos cidadãos.

Não seria verdadeira comigo mesma senão me referisse às dificuldades que encontro, cada vez com mais força, para pensar hoje a figura constitucional do Presidente da República. Foi uma questão que discuti muito em 1985, publicamente, e reconheço a necessidade de uma autoridade última na vida da nação e sua projecção no conselho das nações. Mas: que projecção?

Como me contava uma vez Lord Calaghan, que foi Primeiro-Ministro nos anos 70, mesmo em Inglaterra um Primeiro-Ministro, na sua visita semanal, sabe sempre quando a Rainha quer dar uma orientação. Ela diz, muito discretamente: "Sir, shall we go for a walk?" E nessa altura, dizia-me Lord Calaghan, agarrava no meu caderno para tomar nota do que a rainha queria, evidentemente de uma forma muito discreta.

Evidentemente, não estamos numa monarquia e penso que temos de perguntar: onde está o poder do Presidente da República?

Sou também demasiado influenciada pela prática e teoria anglo-saxónicas de ligar autoridade e responsabilidade. Como é possível ter a autoridade, se não há meios para exercer a responsabilidade? E reciprocamente: que responsabilidade cabe ao Presidente da República, se não lhe é reconhecida autoridade?

Outro exemplo diz respeito à famosa responsabilidade política do governo perante a Assembleia e apenas mera responsabilidade perante o Presidente da República. Gostava muito que os senhores deputados me explicassem o que é, que conteúdo tem, essa responsabilidade do governo perante o Presidente da República. É só administrativa? E o que quer isso dizer? Será legítimo, no nosso tempo, usar em tão alta esfera da dignidade do Estado um conceito de responsabilidade que nada tem a ver com o princípio filosófico de responsabilidade que homens como Hans Jonas ou Emmanuel Lévinas têm desenvolvido e que são fundamentais para o pensamento contemporâneo? Evidentemente, formas haveria de tornar o Presidente menos disputado ao nível, justamente, das influências, etc.

Em certo sentido poderíamos pensar um Conselho de Estado. Mas verifico, com os três Presidentes que conheci de perto, um certo receio face ao Conselho de Estado. E a



sua utilização apenas em casos limite, em que a letra da Constituição esteja em causa. Embora nos últimos meses tenha notado uma certa diferença e enriquecimento do que diz a Constituição quanto à necessidade ou ao poder do Presidente da República para consultar o Conselho de Estado em assuntos que considere relevantes.

Como vêem, estou a formular perguntas apenas. Não tenho soluções. Sobretudo para as coisas mais concretas que são os claros objectivos desta comissão.

Vou terminar esta apresentação das minhas perplexidades. Mas não quero fazê-lo sem indicar o substracto humano da governabilidade. Encontro nos clássicos e nos pensadores contemporâneos uma grande convergência. No prefácio de Montesquieu a *O Espírito das Leis* que, como imagino, os jornalistas e todos aqui presentes conhecem muito bem, fala-se do que parece ser um fim histórico, político, mais rico, em que nos podemos inspirar. Diz-se, a certa altura:

Considerar-me-ia o mais feliz dos mortais se pudesse fazer com que os homens se curassem dos seus preconceitos. Chamo preconceitos não àquilo que se ignora dos vários domínios, mas o que faz com que cada um se ignore a si próprio.

Pergunto: um regresso a Sócrates? Até certo ponto. E por que não?

Na obra recentemente publicada, com as lições proferidas por Michel de Foucault no Colégio de França, torna-se claro que a ideia socrática, praticamente, de todas as escolas da Antiguidade, é a mais ampla. Foi depois, no tempo de Descartes e Rousseau que começou a ideia do "conhecer-se a si próprio", que se integra na noção de cuidado de si mesmo – critério último para o exercício da acção política. Muito obrigada.

LEONOR BELEZA: Muito obrigada, Sra. Eng^a Maria de Lourdes Pintassilgo. Deixe-me que utilize a palavra "encanto". Em larga medida nos encantou, pela forma como trouxe aqui as suas reflexões. Mas encanto é uma palavra que tem que ser usada com algum cuidado, porque o que nos trouxe foi sobretudo a noção de uma enorme responsabilidade. A responsabilidade que está por detrás e da qual temos que ser dignos.

Puxou-nos para cima, em relação ao que está por detrás do trabalho que nos cabe, mas também nos soube levar até à terra, com as coisas concretas do dia a dia, coisas que são importantes para os cidadãos, as traduções práticas dos pressupostos que aqui elaboramos. Diria que a sua exposição nos trouxe, sobretudo, turbulência e deixe-me usar aquela expressão tão feliz que usou e estou-lhe muito grata por tudo e também pelas palavras que disse a meu respeito. Já agora queria dizer aos colegas que a Sra. Eng^a Maria de Lourdes Pintassilgo me acolheu aqui há uns anos na Comissão Governamental para a Igualdade das Mulheres. É daí que nos conhecemos. Foi ela que me guiou naqueles primeiros tempos, há uns anos atrás, quando as coisas ainda eram vistas de maneira diferente – se calhar não tão diferente do modo de hoje as encarar.

Senhora Eng^a, mais uma vez, muitíssimo obrigada. Os meus colegas vão agora querer fazer-lhe algumas perguntas.

DEBATE

ALBERTO MARTINS: Senhora Eng^a Maria de Lourdes Pintassilgo, Senhora Presidente – é uma honra termos a Sra. Eng^a connosco. Em nome do meu grupo parlamentar queria agradecer a sua presença e, em meu nome pessoal, desde já felicitá-la pela sua



intervenção. Como sempre, uma intervenção muito rica, muito plural, muito diversa, muito 'a puxar por nós', quanto ao sentido prospectivo que está sempre no seu discurso, no seu pensamento e numa ideia de futuridade muito sua, sem perda de um acento consistente no real.

Por isso, nos limites, a minha tentação e o meu gosto era pedir-lhe o aprofundamento de quase todas as coisas que disse. Nessa impossibilidade, tenho a consciência de que o discurso da Sra. Eng^a é, em grande medida, um discurso de pensamento político e a montante da reforma política, e que depois mergulha em muitos pontos dela. A Sra. Eng^a. foge ao discurso jurista, por vezes fechado, em que muitos de nós caímos e em que a prática do trabalho da própria Assembleia, pela sua natureza, nos envolve.

Gostaria de começar por pedir à Sra. Eng^a. o aprofundamento de duas ou três questões, fazendo eu duas ou três considerações preliminares. Desde logo, uma questão, muito cara aos juristas e, nesse aspecto, assumirei essa qualidade também. É a questão dos direitos e deveres. A Sra. Eng^a. sabe que um dos problemas, como aliás referiu, da Declaração Universal dos Direitos do Homem (e a intenção inicial de quem a fez e a formulou e nela participou) é de ter um catálogo de direitos e deveres. O catálogo dos deveres acabou por se confinar ao artigo 29 da Declaração dos Direitos do Homem que, como todos o sabemos, tem 30 artigos.

Os deveres que o artigo 29 refere são sobretudo os deveres de defender a pátria e os deveres de pagar impostos, julgo eu. São, portanto, os deveres mínimos para com a comunidade.

Não posso estar mais de acordo com esta ideia de direitos e deveres. A questão que se coloca, nalguma medida, é esta: os direitos políticos, os direitos da primeira geração, a Sra. Eng^a sabe muito bem, os direitos políticos, civis, são direitos baratos, são direitos face ao estado. Alguns deles contra o estado, digamos. Os direitos sociais e culturais são direitos caros, isto é, implicam prestações do estado. Os direitos sociais, culturais, o direito à habitação, ao ensino, à cultura, à saúde. Os novos direitos são direitos, como a ideia da solidariedade universal, os quais a Sra. Eng^a invocou. Os direitos do ambiente, os direitos a defesa das pessoas, são direitos de igualdade.

Por isso, a questão que coloco relativamente a estes direitos e deveres é, no fundo, a questão de sempre: a da garantia desses direitos e a da sindicabilidade do cumprimento desses direitos.

Nós temos um problema mundial: só existe um tribunal internacional de apreciação do cumprimento dos direitos civis, mais do que dos direitos sociais, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, na sequência da Convenção dos Direitos do Homem. Existem convenções regionais, igualmente.

Qual era o peso, no seu entender, quer no âmbito da Constituição portuguesa quer no âmbito mundial, que lhe poderia ser dado? Porque o caminho que está a ser seguido hoje, na Europa e a partir do Conselho da Europa é, sobretudo, o da criação de convenções especializadas em diversos domínios. E nalguma medida, uma tendência que parece ser inexorável, de se remeterem os direitos fundamentais e individuais, depois do recurso dos Estados internos, para o Tribunal Europeu. Eu acho que vai ser esse o caminho. Os códigos penais, até convenções específicas (muitas das quais Portugal assinou) começam já a fazer esse caminho.

O que é que pensa sobre isto? A Senhora Eng^a tem um pensamento muito elaborado, aprofundado e consistente sobre estas matérias. Qual é o caminho que visiona?

A grande questão é o caminho, porque todo o resto, a resposta imediatista, é fácil de dar ou de não dar, não sei.

Com um tempo muito breve, e estando eu muito identificado com a sua chamada de atenção para a filosofia e para a ciência, tenho a ideia de que a democracia é uma



ética e uma técnica. É uma forma de governo e um sistema de valores. E, por isso, tenho uma visão finalista da democracia, enquanto realização de valores humanos.

A questão que lhe queria colocar é sobre a tríade que a Senhora Eng^a colocou e dentro dela, sobre a questão da liberdade. Julgo que se identificou com a visão triádica em termos de valores da Revolução Francesa, embora o fizesse de uma forma já nova, da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Estaria tentado a citar um autor que sei ser do seu agrado e interesse e conhecimento (..... Tyssen?), quando coloca as questões da liberdade como desenvolvimento, como aumento da faculdade das pessoas e das pessoas no universo para poderem realizar-se num sentido de dignidade.

Por isso, não obstante o ter sido acusado, geneticamente, por V. Exa. como o peso dos séculos, regressava à ideia da igualdade substantiva que tem a ver com as mulheres. Gostaria que aprofundasse este tema que conhece e que defende: o problema das mulheres no quadro político em Portugal. Partilho de uma ideia de que uma participação forte das mulheres na política em Portugal corresponderá a uma revolução cultural na nossa vida democrática. Tenho isso como seguro. E colocava-lhe directamente a questão: que medidas é que entende poderiam ser tomadas, em termos de concretização? Vai à questão das cotas ou passa ao lado delas? Que medidas vê em termos das medidas constitucionais, de constituição, como garantia de deveres para a administração pública, para os partidos, para o Estado relativamente à participação das mulheres?

Comentando dois ou três aspectos das questões que a Senhora Eng^a focou: um deles muito novo no seu pensamento e que é a questão dos lobbies. Pareceu-me entender, sobretudo, os lobbies de pressão económica. Por isso a minha pergunta é esta: havendo lobbies de variadíssima natureza, qualquer espaço da actividade humana esando organizada tem lobbies, e considerando as experiências jurídicas doutros países quanto ao tratamento da questão dos lobbies bem como a sua ideia da ética da responsabilidade e da transparência, como é que a senhora Eng^a. visiona isso?

Quanto à regulamentação das leis de que falava: não posso estar mais de acordo, temos disso absoluta necessidade. Existem práticas noutros países e eu próprio, em funções anteriores, fiz uma tentativa. Na Europa está a fazer-se um grande esforço no sentido do acompanhamento e da avaliação da aplicação das leis.

Ora, nós temos leis excelentes no nosso país, a começar pela Constituição da República. Em alguns dos seus domínios, as leis não são aplicadas e não são regulamentadas; e não há leis mediadoras. O Tribunal Constitucional só uma vez adoptou a declaração de inconstitucionalidade por omissão. Já tivemos oportunidade de ver aqui o artigo 109, se não erro, poderia ser susceptível de uma declaração de inconstitucionalidade por omissão. É aquele que fala da participação das mulheres.

Outra questão diz respeito à questão da soberania nacional e soberania partilhada.

A Senhora Eng^a. apelou à necessidade de a Constituição eventualmente poder dar maior atenção à construção da Europa.

Gostaria que dissesse alguma coisa, se tiver já uma ideia mais precisa sobre este ponto. Porque a Constituição em grande medida, hoje, assenta numa norma automática receptiva e, pouco mais do que isso, numa norma genérica de declaração de acompanhamento. Como é que entende que isso poderia ser feito?

Agora, a minha última questão: à roda do Conselho de Estado.

Os diversos Presidentes da República parecem proclamar muitas vezes, nas suas declarações, uma necessidade de atenção e uma vontade de aprofundarem o



funcionamento de Conselho de Estado, dando-lhe uma maior latitude. Não creio que os limites do Conselho de Estado sejam limites de natureza constitucional, muito embora estejam presentes responsáveis funcionais diversos. Que ideia tem a este respeito?

O Conselho de Estado viu problematizada de forma muito particular a sua intervenção, a partir do momento em que a questão de Macau e Timor deixou de fazer parte da agenda da responsabilidade primeira do Presidente da República. Por isso qual é o espaço novo de alargamento da intervenção e das competências do Conselho de Estado? Muito obrigado.

LEONOR BELEZA: Não quero restringir a palavra a ninguém, mas queria só lembrar que a nossa convidada seguinte já está lá fora.

FRANCISCO LOUÇÃ: Muito obrigado, Senhora Presidente, tomarei isso em consideração. Sublinharei só que estou de acordo e muito sensível à intervenção da Senhora Eng^a. Maria de Lourdes Pintasilgo. Creio que, entre muitas coisas, ela me chamou a atenção para um ponto que é fundador de uma nova reflexão política, esta gestão essencial de que a Europa é uma questão política interna portuguesa. E isso é incontornável. Chamou-nos também a atenção para o contexto internacional. Sobre o que disse extrairia uma conclusão: sendo a guerra tão má conselheira a respeito de liberdades, arriscamo-nos a que o debate sobre a reforma do sistema político, quando se preparam as armas, ocorra num contexto muito difícil. Quando, justamente, é preciso abrir o sistema político, reforçar a sua transparência, acentuar a responsabilidade dos políticos, a guerra contribui, normalmente, para que se faça exactamente o contrário deste percurso. Assim, nos Estados Unidos, temos hoje uma lei que permite que a polícia possa interferir ou escutar qualquer comunicação entre presos e os seus advogados, o que seria uma coisa absolutamente inconcebível num conceito moderno de liberdade e de justiça. Mas é isso que acontece.

Fundação Cuidar o Futuro

De qualquer modo estava preocupado em ouvir o seu desenvolvimento sobre três questões práticas: a questão das cotas e da participação das mulheres (que foi agora mesmo evocada), a questão dos poderes do Presidente da República, para que nos ficasse claro se se está a referir aos conteúdos da intervenção, à forma da intervenção, ou se acha também que a própria extensão dos poderes deve ser repensada na nossa ordem política.

Em terceiro lugar a questão da vinculação à prestação de contas. Porque o exemplo que nos deu do Parlamento Europeu sugeria um mecanismo de informação colectiva e institucional que é certamente relevante.

Mas há um outro ponto que não deixa de ser conexo e que é o da obrigatoriedade individualizada da prestação de contas do eleito, segundo procedimentos que são voluntários ou padronizados, perante os seus eleitores. Creio que isto é distinto da forma de eleição porque, uma vez eleito, não se pode isentar uma pessoa - que é a situação actual - da responsabilidade de prestar contas. O que faz, o que diz, o que propõe, o que defende, o que votou, com que fundamentos, de que forma. Sobre isso, porque o aflorou brevemente, seria muito interessante ouvir a sua opinião.

ISABEL DE CASTRO: Obrigada, Sra. Presidente. Terei que censurar a minha própria vontade de falar porque, de facto, as limitações de tempo são muito complicadas e julgo que impedem a discussão, que poderia ser muito interessante, de uma intervenção cheia de inquietação e que teria uma coisa, porventura nova, que me parece fundamental e que de todo escapa na reflexão política.



É uma intervenção mergulhada no quotidiano, tem portanto os pés assentes na terra mas tem simultaneamente um olhar que quebra aquilo que é o "ditado" que caracteriza o modo de fazer política, que é sempre uma visão muito curta, imediatista e uma forma de fazer de determinada forma porque vende, porque é mediático, mas em que a visão prospectiva e o olhar a longo prazo, que não têm essa mesma rentabilidade política, digamos assim, acabam por ser sempre sacrificados.

Algumas coisas me parecem interessantes. Há uma que porventura é a resposta imediata a duas coisas concretas: o mecanismo de participação das mulheres. Confesso que, estando de acordo sobre a necessidade absoluta de romper com a situação actual, confesso também o meu cepticismo em relação ao mecanismo corrector tradicionalmente evocado. Enfim, uma gestão mais criativa do tempo, formas radicalmente novas de organizar a sociedade, sem elas, essa será uma falsa questão. Gostaria de conhecer o seu pensamento sobre aquilo que normalmente se traduz sob forma de cota e o seu ponto de vista e, no caso de usar-se esse mecanismo, como e para que universo.

Segunda questão: tem a ver com uma coisa que me parece de elementar bom-senso, mas nem por isso está resolvida – a legislação não regulamentada, ou seja a que não tem efeito prático nenhum, a que não serve para nada. Dois depoimentos havidos nessa comissão apontam nesse sentido. Portanto a minha pergunta é um pouco no sentido de saber como é que imagina (porque para nós a dificuldade sempre é de como dar corpo a uma ideia que se tem) a forma de ultrapassar esta questão.

A minha última questão incide sobre uma matéria menos palpável. Estamos a falar de responsabilidade colectiva, da necessidade de dar respostas radicalmente novas e numa escala planetária a problemas que são hoje incontornáveis: a crise ecológica, a globalização dos direitos humanos, tudo o que se pretenda.

A Senhora Eng^a. falou de uma coisa extremamente curiosa, que foi discutida a propósito agora de Joanesburgo: a governabilidade (seja qualquer for o termo usado). Referiu uma coisa sobre a qual me parece poder ser um bom ponto de partida: temos de usar os mesmos meios, as mesmas armas, isto é, a tecnologia. É minha convicção que não se resolvem os grandes problemas da humanidade sem se agir, ao mesmo tempo, à escala tangível por nós e à escala mais alargada, porque as coisas hoje não têm fronteiras.

A minha pergunta é: de que modos imagina que a resposta pode ser dada? Em que medida vê, nos diferentes espaços de intervenção política – seja o espaço imediato, seja a região Europa, seja a de todas as organizações internacionais –, que isso se poderia resolver? Passa só por uma reviravolta nas organizações internacionais tal qual estão, ou é mais do que isso?

FERNANDO NEGRÃO: Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhora Eng^a. Maria de Lourdes Pintasilgo. Antes de mais, os meus cumprimentos e o enorme gosto que tenho em conhecê-la pessoalmente. Tenho 46 anos, lembro-me de si como Primeira-Ministra. Acho que marcou o país, não só por ter sido a primeira mulher Primeira-Ministra, como pela energia das suas ideias e da sua acção, concordasse eu ou não com as suas ideias.

Ouvi com muito interesse a sua intervenção, sobre as grandes ideias para a governação. Suscitou-me duas reflexões e duas perguntas.

A primeira tem a ver com aquilo que é a governança, usando a expressão de que gosta: tem a ver com o Brasil e com o exemplo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Disse que hoje governar é quase agir numa situação lamentável, sem visão, caduca e sem rasgo. Concordo, uma vez que, hoje, é isso que se sente, não só na

Europa mas praticamente em quase todo o mundo. O exemplo brasileiro e o do sociólogo reconhecido internacionalmente pelas suas ideias e pela qualidade das suas ideias, e reconhecido também por todos os espectros políticos, é excelente. Porque demonstra a governança de alguém que, tendo chegado a presidente de um país, com funções e com competências executivas, governou com o maior pragmatismo, pondo as contas do país em dia, tendo o Brasil uma economia poderosa, mas continuando a ser um país de gente pobre. Fernando Henrique Cardoso, quando começou a ser criticado por isso, usou uma expressão: "esqueçam tudo o que escrevi".

Perguntava-lhe, Senhora Eng^a.: se é possível neste mundo globalizado em que cada vez mais as ideias são mais curtas e o campo para as ter é mais estreito, se é possível governar-se de outra forma. Se é possível voltarmos nomeadamente à ideia que aqui lançou da constituição de uma "maioria de ideias", que acho excelente. Seria extremamente importante que ela fosse possível. Esta é a primeira reflexão e a primeira pergunta.

A segunda pergunta está ligada com o trabalho desta comissão: trabalho que nos traz questões práticas de grande importância e que tem a ver com os temas que abordámos ao longo das várias sessões.

Perguntava-lhe, Senhora Eng^a. se, relativamente à reforma do sistema político, acha que exista alguma prioridade. Nomeadamente: se a prioridade deve ser dada através do financiamento dos partidos, através da reforma dos partidos políticos ou das leis eleitorais. Muito obrigado.

VITALINO CANAS: Senhora Eng^a. Maria de Lourdes Pintasilgo. Queria começar por renovar a minha manifestação de apreço que regularmente tenho oportunidade de lhe colocar e que hoje, mais uma vez, ficou aqui bem fundamentada. A sua intervenção hoje, aqui, não foi incómoda, foi sim desassomburada: uma intervenção em disse aquilo que alguns de nós, se não estivéssemos demasiado vinculados pelo "politicamente correcto", se calhar diríamos nesta e noutras ocasiões.

Começo por manifestar o meu apoio total a duas das sugestões deixadas por si:

– primeira: a de que deveríamos observar a Constituição com atenção e procurar expurgá-la da excessiva condição palavrosa que tem hoje – uma ambição que tenho há muito tempo, e quando dava aulas já o dizia aos alunos. É que temos uma constituição muito garantística, muito moderna em certos aspectos, mas excessivamente palavrosa. aguardo o momento em que seja possível fazer-se uma sua revisão profunda, de forma a torná-la mais directa e consistente;

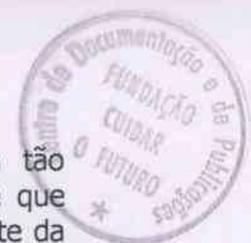
– segunda: a da regulação dos lobbies. Sempre que se fala de lobbies é para os conotar negativamente. Mas eles existem, mesmo que não estejam regulados e frequentam os circuitos do poder diariamente. Temos de tomar aqui uma decisão democrática que ainda não foi tomada pelo Estado português [sic]: reconhecendo a sua existência e regulando-os. Sociedades mais avançadas do que a nossa escolheram esta segunda possibilidade (o exemplo dos Estados Unidos da América que o fizeram, creio, dando-lhe transparência).

Em terceiro lugar a questão dos direitos e dos deveres. Também aqui o deputado Alberto Martins já disse quase tudo o que eu teria a dizer. Pedia-lhe um aprofundamento da questão. [...]

O quarto aspecto: em relação à governança, pedindo para aprofundar a sugestão que nos deixa. [...]

JORGE LARCÃO: Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhora Eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo: Eu quero, como os meus colegas anteriormente, testemunhar a minha





alegria em a ver aqui e poder dialogar consigo, relativamente a temas tão apaixonantes como aqueles que aqui nos trouxe. O sentimento que tenho é que muitos dos temas de que aqui nos falou são, de algum modo, temas a montante da nossa intenção mais funcionalizante (se a expressão tem aqui algum sentido) de procurar algumas reformas para o sistema político. Mas, a montante, são muito mais interpelantes e colocam-nos na enorme dificuldade de tentar situar, em forma delimitada, o inúmero conjunto de problemas que nos suscitou. Mas eu queria tentar agarrar-me a um, se é que vou ser capaz.

Faço parte da geração que, como muitos de nós, começou por acreditar piamente na importância da autonomia do político e do poder político, quer como forma possível para a sua legitimação democrática, quer como condição indispensável para a sua capacidade de transformar a vida à sua volta. Mas a minha própria experiência política me tem vindo a revelar que muito do exercício de acção política é um exercício de fazer e desfazer em função de conjunturas sucessivas que levam a que no rescaldo de tudo isso a vida seja muito menos transformável, pelo menos a partir desse centro de funcionalidade, do que aquilo que originariamente acreditamos.

Daqui a sobrevir uma frustração e algum cepticismo relativamente às nossas próprias crenças originárias vai um passo e vai aqui uma confissão quase existencial daquilo que é o drama porventura hoje dos próprios agentes políticos.

De modo que, quando ouvi a sua primeira frase fiquei profundamente interpelado por ela. Porventura mais do que um aprofundamento da democracia, ou do político em sentido estrito, há aqui um problema de ir para além da democracia em sentido restrito, do ir para além do sistema político.

É neste sentido do "ir para além de" que gostaria de lhe pedir para nos ajudar um pouco mais nesta reflexão em torno da interacção entre os poderes que se vivem hoje na sociedade.

Fundação Cuidar o Futuro

Será que é preciso discutir outra vez o significado social de cada um dos poderes socialmente emergentes na sociedade? E, nesse sentido, a consciência colectiva em função da realidade que esses poderes representam e do seu peso e do seu significado social e cultural, não exigirá que trabalhemos fundamentalmente para criar uma nova opinião pública? E, se assim for, essa opinião pública é mais "trabalhável" a partir da esfera do político ou na interacção do político com outras esferas relevantes da vida social – aquilo a que habitualmente chamamos a sociedade civil?

E, se porventura acreditamos que assim é, porque é que na sociedade portuguesa, na opinião da Senhora Eng^a, porventura continuamos com um enorme deficit de opinião pública, também (e de que maneira!) subordinada às conveniências demasiado circunstanciais da opinião publicada?

O que podemos eventualmente fazer para romper este ciclo vicioso - se é que considera que estamos aqui, se não perante um círculo vicioso, pelo menos perante um impasse ou uma encruzilhada? Enquanto não descobirmos a via de saída dela, por mais reformas que fizermos, estaremos sempre no mesmo sítio.

INTERVENÇÃO FINAL

MARIA DE LOURDES PINTASILGO: Agradeço muito todas as intervenções e comentários – uma confirmação de que possam ter tido interesse algumas das propostas ou ideias de que aqui falei. Neste momento tenho muita dificuldade em responder às perguntas porque o que eu aqui trouxe é o resultado do que eu fui acumulando no pensamento. Quando me perguntam nas reuniões internacionais "Que posição tem?" eu digo: sou um político *free-lancer*. Isto é, sou uma pessoa que não tem nenhum estatuto especial

na sociedade portuguesa mas realmente não pára de trabalhar. E, nesse sentido, muito do que aqui disse, embora de uma forma breve e rápida, tem a ver com aquilo que tenho vindo a pensar durante estes anos todos tentando ultrapassar as pequenas contingências – embora às vezes elas sejam tão chocantes que me sinto na obrigação de dizer alguma coisa. E, muito mais, de pensar. Pensar para além de.

Não vou pôr por ordem as questões, mas agarrar em várias coisas que os senhores deputados e a senhora deputada disseram.

Primeira questão – tenho bem noção, eu própria luto com isso, ou contra isso todos os dias – e a do fazer e do desfazer, originando um certo cepticismo senão um cinismo até, face às coisas. Valerá a pena? Aqui, acho que temos um écran entre alguns elementos da classe política e os órgãos de soberania que têm contribuído para um avanço ao nível das ideias e a opinião pública. A meu ver esse écran está em grande parte nos meios de comunicação social. Não tenho dúvida de que bastaria este aspecto para dizer como, de facto, é indispensável uma análise dos vários actores do sistema. E uma análise que tem que ser feita aqui. Aqui, em termos da Assembleia da República. Falaram também nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm uma comissão junto do Congresso, para avaliação das novas tecnologias, por exemplo. Gente totalmente independente, mas que sabe das coisas e da repercussão que têm. Também na Suécia existe uma comissão da própria assembleia, que trata de questões prioritárias. A saúde, que anda a preocupar tanto os portugueses desde há vários anos, foi discutida na Suécia nos anos 90 de forma extremamente interessante, no contexto dessa comissão.

Parece-me que terá de haver na Assembleia da República uma formação de pensamento. Se é dentro, se é em termos de comissão, se é em termos de conselhos exteriores aos órgãos de soberania, não sei. Porque, se analisarmos os vários conselhos que temos, exteriores aos órgãos de soberania, com excepção do Conselho do Ambiente, com o meu amigo Mário Ruivo, que é sempre um optimista, nos outros conselhos encontramos um grande desencanto porque a tudo o que propusemos, nenhuma resposta foi dada.

Posso falar do Conselho de Bio-ética. Havia ali pessoas de muitas tendências políticas e foi sempre possível ir ao fundo das questões. Evidentemente, havia um ou dois pontos em que havia uma oposição radical, mas não por o Sr. A estar mais ligado a uma área X da política e a Sra. B a outra. Não, era realmente uma questão pessoal que informava o acordo ou o desacordo. Quando não se está numa qualquer conquista de poder, tendo a pensar que os Conselhos podem funcionar bem. A proposta que o Conselho de Bio-ética fez era a de que a sua sede fosse, não junto do Primeiro-Ministro, mas da Assembleia da República. Pessoalmente, eu achava que devia ser junto do Presidente da República.

Neste momento julgo que é possível continuar como se tudo estivesse na mesma. De facto, o mundo mudou. Eu própria formulo as coisas de outra maneira.

Quando relemos a Constituição notamos – como os senhores deputados disseram – uma veia totalmente jurídica. Claro, é um documento jurídico. E, ou entendemos o elemento jurídico como uma cristalização de vida, isto é, emergindo da vida e dos problemas que a vida aponta, ou então ele torna-se apenas a conservação daquilo que está. É um debate entre uma filosofia mais romana e outra mais grega. Há aqui alguma diferença, nesse sentido.

Uma constituição viva é alguma coisa que me parece extremamente interessante e que pode conduzir até a formas muito concretas. Há opções, definidas ao nível do poder legislativo, dos governos, dos programas do governo, etc., mas o que é fundamental é estabelecer depois metas precisas e calendários sistemáticos. Não se



ser fiel a essa obrigação é grave. Costumo dizer que seria bom se todos os políticos tivessem um estágio numa fábrica e aí estivessem condicionados ao ritmo da fábrica, para ser como o Chaplin nos "Tempos Modernos": mas isso já passou.

Ao focar hoje as coisas desta maneira quis justamente dizer-vos que me parece que o nosso sistema político tem de ser repensado. E a iniciativa desta comissão, mesmo se, no meu caso, não tenho soluções concretas, pode ser uma forma de a Assembleia ter influência neste aspecto.

Ligo isto a outra questão, levantada pelo Senhor deputado Fernando Negrão, quanto a se o que disse diz respeito a uma reforma dos partidos políticos.

Se lermos a Constituição, os partidos políticos devem exprimir a vontade popular. Ora, realmente não exprimem, desculpem eu dizer isto. Os partidos políticos arranjam ideias que uns *marketeers* do Brasil ou de Espanha vêm trazer e, como aliás já foi dito, é possível vender um presidente ou um primeiro-ministro como se vende uma marca de shampoo. O que é chamado campanha eleitoral é uma venda, realmente uma venda. Nesse sentido vejo – e toco na questão da disciplina partidária – a disciplina partidária como um colete-de-forças, não só em termos da inovação que seria necessária no sistema político português, como em termos da própria consciência das pessoas. Às vezes, há decisões perante as quais me pergunto: o deputado A ou B votou desta maneira: como é possível estar ele de acordo com isto, quando conheço as pessoas enquanto pessoas.

Por isso, no fim, quero referir-me à questão socrática: a de a pessoa cuidar de si mesma, o cuidar de si mesmo.

Isto, que parece um discurso cristão, é já um discurso das fontes que informaram o Cristianismo, sem dúvida. Inclusivamente Michel de Foucault utiliza amplamente a palavra "conversão", porque em grego é constantemente utilizada: voltar-se para. O cuidado de nós mesmos é voltarmo-nos para nós mesmos. E a nossa vida seria um processo disso mesmo. Quando se fala em coerência, frontalidade, etc.: são coisas bonitas, mas o que é importante é que isso brote de um movimento interior. Nesse sentido, penso que os partidos políticos têm tido alguns aspectos perversos na chamada expressão da vontade popular, substituindo-a por essa venda ou por esse mercado.

Não conheço as formas de formação de quadros, dentro dos partidos, nem si se existem enquanto tal. Os franceses tiveram, fim de Agosto princípios de Setembro, toda a gente teve, a sua respectiva "universidade de verão". Mesmo os grupos mais pequenos tiveram a sua universidade de verão. Chamam os que querem aprofundar. Há sempre tendência para ver se o poder está aqui ou acolá. Mas há aqueles que também introduzem ideias novas. E eu pergunto: como é que funciona isso: as escolas de quadros nos partidos? Porque a dificuldade de cada deputado ter a sua agenda é ultrapassada na medida em que se cria um pensamento comum. Ora o pensamento tem de estar sempre a ser alimentado, o que é válido para toda a gente, porque não há ninguém que possa ser a expressão última da realidade de um grupo. Ora, muitas vezes o consenso que se forma é apenas um menor denominador comum – o que levou Roland Fabius a certa altura a dizer que se vivia no "charme discreto do consenso". E é realmente um *charme* discreto, que acaba por não permitir avançar. A negociação é muito mais do que chegar a um consenso nivelador. Há um instituto em Genève, que funciona regularmente, para o estudo político das negociações, das resoluções de conflito. Tudo isto são questões que me parece estarem em aberto – pelo menos tanto quanto sei, ou então é tudo mais secreto do que eu imagino! – nos partidos políticos.



Quero voltar aos *lobbies*. Entendo *lobbies* como grupos de várias áreas da sociedade. Além do Estado, falei de mercados, das organizações não-governamentais e de meios de comunicação social, mas poderá abrir-se muito mais. As Organizações Não-Governamentais são um espectro muito largo de actividades e de preocupações sociais e culturais. Penso que, aí, há realmente que definir o que são essas instituições e o que é a sociedade civil.

Desde os anos 90 que as reuniões internacionais tiveram forte a presença da sociedade civil. Começaram por ter milhares de pessoas nos Forums das ONGs, e agora deixaram de ter. Mas porquê? Porque as Nações Unidas falharam na tarefa fundamental de tentar definir o estatuto e as condições das ONGs.

Em 95, na Conferência sobre o Desenvolvimento Social, estive em Copenhague. Como estava a presidir a uma comissão internacional, fui através de ONGs. Fiz umas intervenções e, qual não foi o meu espanto, uma senhora veio ter comigo: "Tenho estado a segui-la, diz sempre coisas diferentes..." Perguntei-lhe de onde era. Disse-me que da Lourinhã e que não estava ligada a nenhuma organização: "Sou eu que me interessei muito por estas coisas". Acho notável que haja uma senhora da Lourinhã, que se interessa muito por estas coisas do desenvolvimento social. Mas, há que regulamentar, evidentemente, o que são as ONGs.

Aqui no nosso país tem havido um certo progresso, fruto da acção das próprias organizações, no sentido da criação de várias plataformas. Isso foi facilitado também pela Assembleia da República, com a criação de um seu estatuto próprio. Mas acho que é preciso ir mais longe. Por isso não estou apenas a pensar nos *lobbies* a funcionar em termos económicos, mas nos outros também. Sou uma pessoa profundamente empenhada na Igreja Católica, tenho a minha opinião, e tenho-a sempre expressado. Mas não sei o que é que os confesores e os "padres de serviço" dizem a cada momento, em termos de *lobby* religioso, face aos órgãos do poder político. E gostava de saber. Gostava que as coisas ficassem claras, também nesse aspecto. Isto é um exemplo que me toca, a mim, directamente.

E os *lobbies* poderiam também ser contrariados. A atitude das Universidades, em que os meios de comunicação tiveram um impacto tão grande – face às médias de entrada (e aí houve uma defesa inacreditável) os meios de comunicação tiveram um forte impacto. Tem sido uma tendência progressiva no nosso país. Tudo se reduz a questões de financiamento, como se de repente houvesse uma má dona de casa incapaz de gerir em cada lugar as coisas, como elas necessitam de ser geridas. Mas os problemas de fundo não estão lá. Ora, as possibilidades de nos dirigirmos a esses *lobbies* – podemos chamar-lhes outra coisa – parece-me que é fundamental.

Isabel de Castro perguntou-me como é que a questão da actividade dos deputados se podia fazer. Não conheço suficientemente o regimento para ver como tudo se poderia entrosar. Mas julgo que, antes do mais, há um aspecto puramente administrativo, contabilístico. Aqui toco directamente nos partidos políticos, porque, ao longo dos anos têm estado em discussão imensas questões e vemos sempre as mesmas pessoas a falar sobre essas questões. E porquê? Dentro de cada partido não há mais pessoas? Conheço bem alguns partidos e sei que há mais pessoas capazes de intervir e de ter opinião, de ir para a guerra se for preciso, de dar a cara. Isso não se faz porquê? Isto tem a ver com a "filosofia" partidária. Cada vez que dizemos "eu", damos a cara. Podemos dizer: 'Penso tal e qual como a senhora pensa' ou 'o que eu queria dizer já foi dito', mas, ao dizermos "eu" estamos a inventar uma nova coisa. Isto é um dos problemas básicos da educação do nosso tempo. Acho que há aqui um elemento importante.

Sobre o poder do Presidente da República. Acho que o Presidente deve ser um presidente interveniente, mesmo que não tenha um segundo mandato. Realmente não tem que estar a lutar por um segundo mandato e fazer tudo "em banho-Maria" à espera da seguinte eleição. Penso que deveria haver uma certa modificação constitucional, mas antes de ser constitucional, ela tem de ser mental. Lembro-me de ter tido uma conversa com o actual Presidente da República. Na sua reeleição, fiz parte de uma comissão política e disse-lhe: "O senhor está a convidar para uma comissão política uma pessoa que pensa a função do presidente da república de uma maneira completamente diferente daquela em que tem sido exercida. E também diferente do modo como o Senhor a exerceu." Resposta: "Foi por isso mesmo que a quis cá". Lá disse o que tinha a dizer, mas não serviu de nada: isso é que é um facto. Tento vencer o cepticismo e pensar que "água mole em pedra dura, tanto dá até que fura"...

Passo à questão das mulheres. Quando eu era estudante, havia muito poucas mulheres em engenharia. Era sempre um grande espanto internacional, porque no Ocidente, mesmo assim, éramos o país com maior número de mulheres nos cursos de engenharia. Agora são 30%. Fiquei sempre com aquela convicção: nós as mulheres, agora nos domínios tradicionalmente masculinos, estamos a abrir caminho. Verifico, anos depois, que afinal o caminho não ficou aberto. E não ficou, porquê? O que é que afinal não deu? O que é que não funcionou? Quais são, na sociedade, os entraves que levam a que as coisas tenham momentos de regressão?

Ora, a questão das mulheres está em regressão em todos os países.

As escandinavas fizeram um relatório, há pouco tempo, mostrando que as coisas são muito difíceis. Há formas não radicalmente novas, mas formas muito importantes de fazer participar ou de ajudar a participar as mulheres na vida política.

A questão da conciliação (que é uma palavra muito feia) ou da compatibilização das actividades profissionais com as actividades familiares. Mas isto não quer dizer só essas "gracinhas" sobre ver o homem a lavar a loiça, etc..

Precisamos é de uma definição e de um pensamento intra-familiar sobre o que é a família. Uma das nossas pensadoras, a Dra. Maria Manuela Silva, convidada há dois anos a fazer uma conferência aos bispos sobre a família, disse: "Pedem-me que fale sobre a família, mas eu não sei de que família. Gostava de saber". Evidentemente fez o panorama do que são hoje os vários modelos de família existentes na sociedade.

Ora, esta questão do intra-família não está de modo nenhum estudada no nosso país, nem sequer há debates sobre isso. Mas são dois aspectos que se também ligam: intra-família e intra-trabalho.

Sei que os franceses estão neste momento a pôr em questão as 35 horas. E talvez o erro de Martine Aubry tenha sido o de a França avançar sozinha com as trinta e cinco horas, quando isto só pode resultar num espaço e mercado muito ampliados em que umas zonas sejam compensadas por outras. Há imenso a fazer em termos de reflexão. Para mim, isto é muito mais importante que a questão das cotas: uma reflexão profunda sobre estas duas áreas: intra-família e intra-trabalho, na medida em que a situação da maior parte das mulheres, é, neste momento, dramática. Quer a das mulheres que auferem salário mínimo, e a quem não são pagas horas extraordinárias, quer das mulheres executivas em várias instituições. Elas têm limites enormes e uma carga muito maior do que tinha a minha geração.

Por exemplo, na empresa onde trabalhei, trabalhávamos 48 horas por semana, tinha que ser. Mas a outra maneira de funcionar neste momento é extremamente dictatorial dentro de cada instituição, seja ela de serviço público, seja empresa privada. Há sempre maneiras, o português encontra-as sempre, de fugir a isso mas depois carrega-se naqueles que estão mais disponíveis ou que querem funcionar melhor.



O prestar de contas junto dos eleitores parece-me chave de tudo. Porque, se não existir esse prestar de contas, caímos na caldeira do shampoo, regularmente. Durante o período eleitoral há uma atitude dos partidos que tem de ser diferente. Muito mais do que a disciplina partidária, parece-me que conta essa noção de que o deputado ou o governante é responsável perante quem o elegeu. Regularmente, e não só quando há uma grande crise, os Primeiros Ministros devem prestar contas na Assembleia, regularmente. Isso tem a sua forma própria de funcionar.

A propósito do Brasil, recorro o que Fernando Henrique Cardoso disse, naquela altura: "O Brasil não é um país subdesenvolvido, é um país fundamentalmente injusto."

Penso que nós também muitas vezes mudamos a nossa maneira de ver, quando estamos a considerar categorias muito globais: o caso da categoria de desenvolvimento. Por isso, quando o Dr. Alberto Martins referiu a ideia de "liberdade como desenvolvimento", é dele também a ideia de qualidade de vida, o que ele chama as funções e capacidades – não sei exactamente qual é o termo português que se deve usar para os critérios económicos a que ele se refere. Nesse sentido, hoje em dia o desenvolvimento é "um cobertor que encolheu com as lavagens", isto é, cada vez ele é menos coisas.

A ideia já começou na reunião de Estocolmo, em 72. Começaram com a ideia de "desenvolvimento sustentado", sem se saber o que isso é. Onde está a tentativa, ao nível da economia, para internalizar os custos ambientais? Onde está, ao nível da economia, o esforço para internalizar os custos sociais? Temos uma economia que é mera contabilidade. Contabilidade falível, como temos vindo a verificar. Falível, segundo as fontes e segundo as mesmas fontes em períodos diferentes, o que é qualquer coisa que não se pode entender.

Outra questão: qual o papel de cada um dos poderes emergentes na sociedade. É, sem dúvida, alguma coisa que está em aberto. Igualmente em aberto está a questão da inclusão das questões da União Europeia na Constituição. Mas não sei que instruções estão a ser dadas ao representante do Estado português. Os ecos que tenho do presidente da convenção, levam a pensar que os portugueses são sempre muito simpáticos nestas coisas internacionais. Mas não se vê, nos deputados que se empenham, a força que têm tido. Alguns têm tido força, quer os que estão integrados na representação do Parlamento Europeu quer os que representam a Assembleia da República, mas não tanto quanto desejará... Tínhamos ali uma oportunidade excelente, que muitos países aproveitaram, para poder pôr as pessoas mais capazes e mais imaginativas a trabalhar. Giscard realmente foi o homem em completa comunhão de ideias e de política com o Chanceler Schmidt, da Alemanha. Introduziram primeiro a eleição para o Parlamento Europeu por sufrágio universal e depois o sistema monetário europeu e a moeda única. Realmente foram os fazedores da Europa, nestes aspectos. O que Giscard pensava era avançarmos mais. Tanto mais que, tanto o Parlamento Europeu como a Comissão através do Comité des Sages, a que presidi, nos fez avançar através da declaração dos direitos e das razões que havia. E isso tem sido muito difícil, as pessoas estão a ficar apenas nas tais contas: fico como comissário, não fico como comissário? Evidentemente que há comissários e comissários. Nós temos a sorte de termos um comissário excelente, considerado o melhor da Comissão. Foi uma coisa muito boa.

Incluir na Constituição? Temos de ver primeiro se somos capazes e se os nossos representantes institucionais, os nossos deputados todos, a nossa Assembleia, mas também os nossos órgãos de soberania estão em condições e querem dar o contributo para aquilo que, actualmente, está a ser feito.



Digo só mais uma coisa; o que seriam as atribuições do Conselho de Estado? Na *Constituição*, a alínea que diz que o presidente pode recorrer ao conselho de estado quando se trate de questões de que entenda, abre a porta para tudo.



Tanto em relação ao presidente como em relação a ministros nós sabemos muito bem que as pessoas em vez de funcionarem, ou com elementos criativos da sociedade ou com instituições, tendem a funcionar com o que os americanos chamam "*the next door friend*". *The next door friend* é sempre redutor em relação àquilo que a pessoa tem de fazer.

O esvaziamento de qualidade da função pública vem desta inflação inconcebível, anormal, para não dizer imoral, dos assessores nos vários gabinetes. Eu fui Primeira-Ministra deste país. Dizem que fiz muita coisa, muita gente não concordou. Não me faz diferença que não tenham concordado, mas o que é facto é que, além da secretária de estado adjunta para tudo, a Dra. Teresa Santa Clara Gomes, só tinha assessor diplomático e assessora de imprensa. Mais nada. Como despertou na sociedade portuguesa muito interesse haver uma mulher, eram tantas as cartas e os telefonemas a comentar umas coisas e a contar outras, que criei um secretariado para encaminhar o que chegava para os vários serviços. Mas não precisei de mais gente. Precisei de pessoas que pensassem. E quando fui às oito regiões do meu país tinha lá a contrapartida desse pensamento. Este é um aspecto pelo qual a Assembleia se podia interessar. Tenho dito. Senhora Presidente, muito obrigada.

LEONOR BELEZA: Nós é que agradecemos muito. Ficaríamos muitas horas a ouvi-la. Infelizmente temos alguns constrangimentos e vamos ter de proceder aos trabalhos. Estamos-lhe infinitamente gratos por tudo aquilo que trouxe ao nosso trabalho. Acredite que o digo com profunda sinceridade Muito obrigada.

Fundação Cuidar o Futuro

15.532 pal. 39. pág.

Finais: Palavras: 13.973; pág. 24.

